

TOLERÂNCIA VERSUS DISCRIMINAÇÃO JUNTO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES

ANA PAULA PEDRO
LUCÍLIA PIRES

RESUMO

O trabalho de investigação que desenvolvemos centrou-se nas representações sociais dos valores dos estudantes universitários em Portugal. Para testar a questão da tolerância vs discriminação, especialmente o traço de discriminação flagrante, colocamos os estudantes perante uma listagem de indivíduos pertencentes a grupos minoritários que, por características diversas, poderiam ser alvo de intolerância e ostracismo social, e perguntámos quais destes indivíduos os universitários não queriam como vizinhos. Adicionalmente, inquirimos quais os comportamentos e atitudes sociais os jovens consideravam condenáveis ou aceitáveis. Procurámos também medir as perceções dos estudantes quanto à aceitação ou não aceitação desses comportamentos pela sociedade. Comparamos de seguida os dados obtidos com os recolhidos pelo European Values Survey (2008) junto de uma amostra representativa da população portuguesa e procuramos captar divergências e convergências.

PALAVRAS-CHAVE VALORES MORAIS • COMPORTAMENTO SOCIAL • REPRESENTAÇÕES SOCIAIS • UNIVERSITÁRIOS.

RESUMEN

El trabajo de investigación desarrollado se centró en las representaciones sociales de los valores de los estudiantes universitarios en Portugal. Para testear la cuestión de la tolerancia versus la discriminación, especialmente el rasgo de discriminación flagrante, colocamos a los estudiantes frente a una lista de individuos pertenecientes a grupos minoritarios que, por características diversas, podrían ser foco de intolerancia y ostracismo social, y les preguntamos a cuáles de esos individuos no querrían como vecinos. Además, inquirimos sobre los comportamientos y actitudes sociales que los jóvenes consideraban condenables o aceptables. También procuramos medir la percepción de los estudiantes con relación a la aceptación o no aceptación de esos comportamientos por parte de la sociedad. Luego, comparamos los datos obtenidos con los recolectados por el European Values Survey (2008) en una muestra representativa de la población portuguesa e intentamos captar las divergencias y convergencias.

PALABRAS CLAVE VALORES MORALES • COMPORTAMIENTO SOCIAL • REPRESENTACIONES SOCIALES • UNIVERSITARIOS.

ABSTRACT

The research we developed focused on the social representations of the values of university students in Portugal. To investigate the issue of tolerance vs. discrimination, especially the trait of blatant discrimination, we presented students with a list of individuals belonging to minority groups who, by various characteristics, might be the target of intolerance and social ostracism, and asked which of these individuals the college students did not want as neighbors. Additionally, we inquired what social behaviors and attitudes the youths considered objectionable or acceptable. We also sought to measure the perceptions of students as to the acceptance or rejection of such behaviors by society. We then compared the data with those collected by the European Values Survey (2008) regarding a representative sample of the Portuguese population and sought to capture differences and similarities.

KEYWORDS MORAL VALUES • SOCIAL BEHAVIOR • SOCIAL REPRESENTATIONS • COLLEGE STUDENTS.

INTRODUÇÃO

Como sabemos, a percepção individual sobre uma determinada realidade varia em consonância com um conjunto de fatores, nomeadamente, a idade, o género, o nível educacional, a classe social de pertença, e mesmo a origem geográfica. Por outro lado, indivíduos que partilhem as características referidas tendem a apresentar as mesmas crenças, atitudes e valores, e obviamente, a agir em consonância. Esse tipo de comportamento distinto é aquilo que nos permite identificar diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade. Rokeach (1968, p. 161) refere que os valores, e mais especificamente os sistemas organizadores dos valores, ou simplesmente sistemas de valores, são resultantes de dois fatores: as imposições da sociedade e as necessidades psicológicas do indivíduo. No campo das imposições sociais, o autor inclui a questão da cultura, o sistema social, o género, a profissão, a educação, a religiosidade e a orientação política, ou seja, um conjunto de fatores sociais e institucionais que moldam a percepção do indivíduo e restringem o número de variações na hierarquia de valores de um indivíduo dentro de uma sociedade do teoricamente

infinito para um número razoável. Será expectável que indivíduos que partilhem similitudes de cultura, de estatuto socioeconómico, de género, de ocupação, de educação, de formação religiosa, de posicionamento político apresentem valores, ou sistemas de valores semelhantes. E mesmo que os traços de personalidade de um indivíduo possam conduzir a algumas variações em termos de sistemas de valores individuais, os fatores culturais, institucionais e sociais irão restringir essas variações a um número razoável de dimensões.

Na esteira de Rokeach (1968), outros cientistas sociais que centraram as suas investigações na temática dos valores (HOFSTEDE, 1997; INGLEHART, 1997; SCHWARTZ, 2008) são perentórios em afirmar que os valores derivam do social, da sociedade e da cultura de onde provêm, referindo mesmo que as ênfases colocadas sobre os valores numa sociedade podem mesmo ser a característica cultural mais central, uma vez que a ênfase de determinados valores em detrimento de outros expressa as concepções do que é bom e desejável nessa sociedade – os ideais culturais (SCHWARTZ, 2008, p. 4).

As variáveis demográficas parecem ser determinantes no estabelecimento de prioridades em termos de valores. Idade, género, nível educacional e posicionamento político são referidos quase unanimemente pela literatura das ciências sociais como as variáveis mais relevantes no estudo dos valores e das representações sociais. Donde terem sido estas as escolhidas como base para a nossa análise comparativa dos dados obtidos, e que potencialmente indicarão que os estudantes universitários, dadas as suas características demográficas, apresentarão tendências claras para a abertura à mudança (autodireção e estimulação), para o hedonismo, para o autoengrandecimento (poder e ambição), e haverá uma correlação negativa com valores ligados ao conformismo e à tradição. Devemos, ainda, esperar maior hedonismo por parte dos estudantes do sexo masculino e maior benevolência por parte dos estudantes do sexo feminino. Quanto ao posicionamento político, será de esperar que os estudantes sejam mais liberais, isto é, se coloquem mais à esquerda, dadas as suas características demográficas. Os estudantes universitários em Portugal, foco do nosso trabalho de investigação, espelham obviamente os valores

¹ Dados relativos a 2011 retirados do quadro "Proporção da população activa (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual" Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3>. Acesso em: 12 mar. 2012.

e as representações sociais da sociedade a que pertencem, mas de uma forma filtrada por valores individuais característicos de indivíduos mais jovens e com nível educacional mais elevado (MICHENER; DELAMETER; SCHWARTZ, 1990). Essa população de estudantes constitui um grupo minoritário em Portugal, visto fazerem parte da elite que frequenta ou que atingiu um nível de educação terciário, os tais 18,1% (14,2% homens e 22,4% mulheres) que refere o Instituto Nacional de Estatística (INE),¹ que poderá situar-se entre 20% e 25% nos próximos anos se o número de ingressos e saídas da universidade continuar a aumentar ao ritmo atual.

Para o bem e para o mal, estamos num mundo em que as qualificações académicas ditam o acesso aos melhores e mais bem remunerados postos de trabalho, tais como os cargos de chefia e supervisão, que cada vez mais exigem a autonomia de pensamento e a flexibilidade intelectual, características dos indivíduos com um nível de educação mais elevado. O que significa que dentro de 15, 20 anos serão esses jovens universitários que tomarão as decisões nas suas empresas, nos seus partidos, na sociedade em geral. Pelo que consideramos que estudar os valores que norteiam as suas vidas se reveste de particular importância.

Adicionalmente, sabemos que a inserção na vida académica fornece aos estudantes não só as competências e aptidões necessárias para o seu futuro profissional, mas também um estatuto de exceção, independentemente das suas origens sociais. Durante o percurso académico, dá-se um processo de adoção de novos valores, mais consentâneos com a sua condição de universitário e com as expectativas mais alargadas de inserção na vida social e profissional (ALMEIDA et al., 2003, p. 96).

Posto isso, e no que respeita à tolerância e à discriminação, esperávamos que a nossa população-alvo exibisse uma postura diferente da maioria da população portuguesa, visto os estudantes universitários serem mais novos, com maior abertura à mudança e à aceitação da diferença (SCHWARTZ, 2008); e igualmente mais escolarizados, revelando, conseqüentemente, maior flexibilidade e abertura mental que são comumente associadas com um nível educacional mais elevado (MICHENER; DELAMETER; SCHWARTZ, 1990). Seria, por isso,

legítimo esperar que um maior conhecimento do mundo se correlacionasse com uma maior abertura aos outros, e conseqüentemente a expressão de tolerância face aos outros fosse maior e a da discriminação menor.

Para analisarmos essa questão, entre outras, procedemos à preparação de um questionário que visava revelar quais os valores, ou seja, quais os princípios abstratos que guiam ou justificam as atitudes, as opiniões e os comportamentos dos estudantes universitários em Portugal. Baseamos o nosso questionário no *European Values Survey (EVS)*, realizado desde 1990 em 32 países da Europa, um estudo que visa permitir a análise empírica dos padrões de valores nos países europeus e que foi recentemente (2008) aplicado a amostras da população dos países participantes.

A POPULAÇÃO-ALVO

A população universitária portuguesa era, no ano letivo 2009-2010, constituída por 389.851 indivíduos, segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: 77% desses estudantes estavam inscritos em universidades e institutos superiores públicos; 63% de todos os estudantes universitários frequentavam cursos na universidade e os restantes 37% frequentavam cursos politécnicos em institutos superiores; 53% de todos os estudantes inscritos nesse ano eram do sexo feminino. Considerando especificamente as três universidades que participaram do nosso estudo, a Universidade de Aveiro (UA), uma instituição de ensino superior pública localizada na região norte do país que conta com um total de 12.419 estudantes inscritos, dos quais 51% são mulheres; a Universidade de Lisboa (UL), outra instituição de ensino pública localizada na capital, que fica na parte centro-sul do país, e apresenta um total de 20.830 estudantes inscritos, dos quais 61,5% são do sexo feminino; e a Universidade Católica Portuguesa (UCP), uma instituição de ensino superior privada, com polos universitários em Lisboa (sul) e no Porto (norte), com 11.017 estudantes inscritos, dos quais 60,7% são do sexo feminino. Estas três universidades contam-se, segundo o site *topstudylinks*,² entre as 10 universidades de topo em Portugal.

² Disponível em: <<http://www.topstudylinks.com/top-universities-in-portugal-c199.aspx>>. Acesso em: out. 2009.

A nossa amostra é constituída por 405 estudantes, 39% da UCP (polos de Lisboa e Porto), 35% da UA e 26% da UL. Da amostra total, 94,3% são portugueses, e 70% são do sexo feminino. Apesar dos estudantes serem ligeiramente mais novos na universidade privada e na UA, a maioria – mais de 80% – pertence ao grupo etário 18-21. As estudantes são geralmente mais novas que os estudantes. Em termos de escalão socioeconômico de pertença, a maioria (59%) indica auferir um rendimento médio do agregado familiar (mensal, bruto, em euro) igual ou superior a 1.500 euros. Esses números revelam que a maioria da população estudantil pertence a agregados familiares com rendimentos superiores ao rendimento médio nacional, que ronda os 700 euros. De salientar ainda que os estudantes inscritos na UCP provêm de agregados familiares mais afluentes, visto que mais de 50% desses estudantes referem originar em agregados familiares com rendimentos superiores a 2850 euros. Das universidades públicas, apenas 7% dos estudantes relatam provir desses mesmos agregados. Em termos de ideologia política, a maioria dos estudantes refere um posicionamento central, com alguma tendência para a esquerda. Os estudantes das universidades públicas exibem uma maior tendência para a esquerda, enquanto os estudantes da UCP uma maior inclinação para a direita.

A FERRAMENTA DE MENSURAÇÃO DOS VALORES: EUROPEAN VALUES SURVEY

Baseamos o nosso questionário no *European Values Survey* (EVS).³ O EVS, que podemos traduzir por Sondagem aos Valores Europeus, é um instrumento de medida de valores usado pelo Grupo de Investigação do Sistema Europeu de Valores (*European Values System Study Group*), criado em 1979. Esse instrumento visa identificar os valores morais e sociais que se encontram na base das instituições políticas e sociais europeias. Esse é um projeto de investigação singular que visa perceber o que os europeus pensam acerca da vida, da família, do trabalho, da religião, da política e da sociedade. O EVS, presentemente na sua 4ª edição (2008), conta com a participação de investigadores e amostras portuguesas desde a 2ª edição em 1990.

³ Disponível em: <www.europeanvaluesstudy.eu/>. Acesso em: out. 2013.

O EVS foi concebido por forma a permitir a análise empírica de padrões de valores nos países europeus, facilitando assim a comparação geográfica interpaíses e temporal intrapaís. A 4ª edição, cujos resultados preliminares começaram a ser publicados em maio de 2011, contou com a participação de amostras de 47 países. Em Portugal, o estudo está integrado num programa específico, chamado *European Social Survey* (ESS), e é parte integrante do projeto “Atitudes Sociais dos Portugueses”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, coordenado pelos professores Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral.

O uso do EVS como base para a concessão do nosso questionário serviu um propósito triplo: 1) trata-se de um instrumento de investigação empírica que foi validado no tempo para a mensuração de valores, pois tem vindo a ser aplicado desde 1981; 2) a mensuração dos valores não é feita de forma direta, é feita através da identificação de uma hierarquia de valores pelos participantes (e.g. escala de valores de Rokeach), ou pela escolha de um determinado valor num conjunto dado (e.g. escala de valores político-sociais de Inglehart), ou pela medição do seu nível de concordância ou rejeição perante um dado valor (e.g. escala de valores pessoais de Schwartz). Com o EVS e, conseqüentemente, com o nosso questionário, os valores são inferidos pelas respostas a preposições atitudinais, perguntas solicitando opiniões e intenções comportamentais, o que, a nosso ver, poderá atenuar certa tendência para a autoilusão valorativa. Adicionalmente, o uso desse questionário como base permite-nos ainda tirar partido dos dados recolhidos da amostra da população portuguesa, que podemos comparar com os resultados da nossa amostra e assim detetar similitudes e variâncias na perceção e na representação dos valores entre os estudantes universitários e a população portuguesa em geral.

O nosso objetivo fundamental ao comparar estudantes de diferentes instituições de ensino superior, público e privado, do norte e do sul, era estabelecer um quadro de referência quanto aos valores que os estudantes universitários portugueses elegem como primários em termos de escolhas e atitudes perante a vida, e da forma como os referem e expressam, estu-

dando, assim, a representação social desses mesmos valores. Adicionalmente, tentamos discernir se diferentes variáveis, como o gênero, a localização geográfica, o estrato social de origem, o tipo de universidade etc., influenciariam as variações dentro do tal quadro de referência. Os dados foram submetidos a testes de hipótese (teste t paramétrico de Student; Levene; ANOVA; Qui-quadrado etc.) no sentido de detectar diferenças e/ou relações estatisticamente significantes.

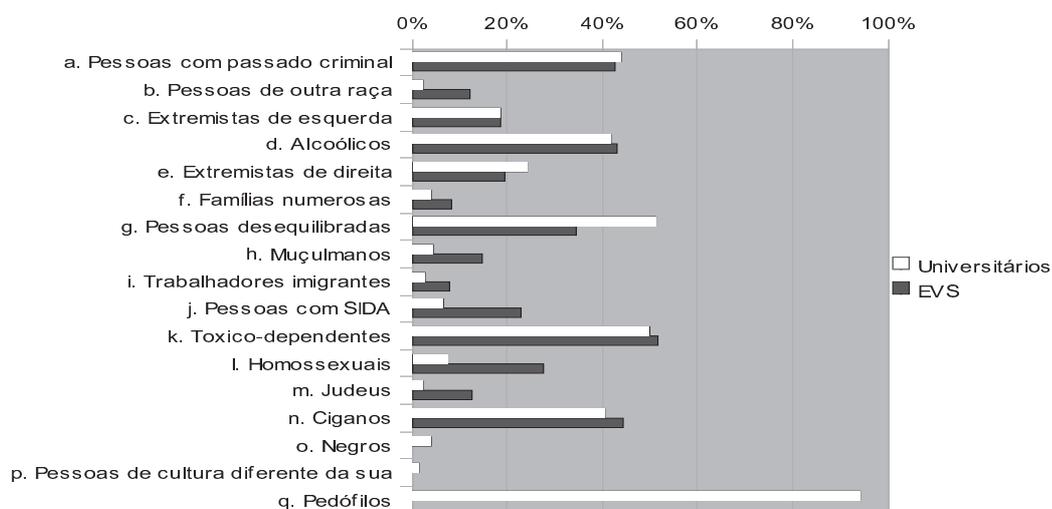
Para além do questionário, e por forma a obter uma melhor percepção das representações sociais dos valores, efetuaram-se entrevistas de aprofundamento com uma amostra de 20 estudantes. Na entrevista, usaram-se três instrumentos específicos para a recolha das representações sociais, nomeadamente a associação livre a 100 conceitos, a associação de 40 conceitos a uma conotação positiva, negativa ou neutra, e por último, a elaboração de um mapa mental – *mind map* (NOVAK, 2000) do conceito “valor”. Os resultados foram analisados tendo em conta a frequência dos itens e o tempo de resposta, sendo que se recorreu à análise de conteúdo quando pertinente.

MENSURAÇÃO DO VALOR TOLERÂNCIA VS DISCRIMINAÇÃO

Quanto à questão da tolerância, colocavam-se os estudantes perante uma listagem de indivíduos pertencentes a grupos minoritários que, por características diversas, nomeadamente, a cor da pele, a orientação sexual, a orientação política etc., poderiam ser alvo de intolerância e ostracismo social. Pretendíamos saber quais dos indivíduos os universitários não queriam ter como vizinhos. O primeiro dado digno de registo é que todos os itens apareceram assinalados, sendo as respostas dos universitários bastante consentâneas com as da população em geral, uma vez que as respostas afirmativas são francamente superiores para as mesmas categorias, o que parece indiciar que o preconceito, apesar de todas as associações censórias feitas aquando da realização das entrevistas, que o caracterizam como errado, idiota, a não existir etc., continua efetivamente a manifestar-se enquanto estereótipo que reduz as características do indivíduo aos traços comuns mais básicos do grupo minoritário que representa.

Ilustram-se graficamente as percentagens de respostas afirmativas, dadas pelas duas amostras, i.e. os universitários e os inquiridos do EVS 2008, exceção feita a “Negros”, “Pessoas de cultura diferente da sua” e “Pedófilos”, que não constam do questionário do EVS. A inclusão dessas três categorias não foi feita por acaso, antes visava contrastar as respostas por forma a obter dados mais fidedignos, pois, por exemplo, “Pessoas de outra raça” apresenta um valor na ordem dos 2,5%, mas a categoria “Negros” apresenta um valor na ordem dos 5%. Do mesmo modo, “Pessoas de cultura diferente da sua” apresenta um valor na ordem dos 1,5%, mas a categoria “Ciganos” recebe um valor de 40%. E ainda, no campo dos comportamentos sexuais considerados desviantes e promíscuos, a categoria “Homossexuais” apresenta uma percentagem de preconceito na ordem dos 7% e a categoria “Pedófilos” na ordem dos 94%.

FIGURA 1 - Comparação dos universitários com os portugueses em geral, quanto à intolerância face aos grupos minoritários



Fonte: European Social Survey (EVS, 2008). Dados da pesquisa (universitários, 2009-2010).

Se tomarmos em linha de conta a medida clássica da distância social, que pode ser encarada como uma medida do preconceito social face a um grupo, verificamos que os grupos mais assinalados pertencem a categorias de grupos de pessoas estigmatizadas, tais como, e por ordem decrescente, as pessoas desequilibradas, os toxicodependentes, as

4 Disponível em <www.eurotrials.com>. Acesso em: set. 2009.

pessoas com passado criminal e os alcoólicos; no caso dos universitários, e para a população em geral, aparecem os tóxicos dependentes em primeiro lugar, em seguida os alcoólicos, as pessoas com passado criminal e finalmente as pessoas desequilibradas, que são relegadas para a última posição.

Os dados sobre saúde mental em Portugal⁴ referem que 27,6% da população residente em Portugal com 15 ou mais anos estava em provável sofrimento psicológico em 2005/2006, e que a maioria das patologias incide, sobretudo, nos indivíduos entre 35 e 65 anos, sendo as mulheres quase duas vezes mais afectadas que os homens. Enquanto o Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, apresentado em março de 2010, revela que quase 23% dos portugueses tiveram uma doença mental no ano que antecedeu o estudo.

Há uma percepção generalizada de que as pessoas com desequilíbrios mentais ou emocionais podem comportar-se de forma violenta, imprevisível e perigosa, percepção esta criada pela exploração nos media da ligação entre crimes violentos e doença mental, especialmente quando referem casos de *serial killers*. Essa percepção é corroborada por filmes e livros (filmes como *The Silence of the Lambs* e séries de televisão como *Mentes Criminosas*, e livros como *Perfume* etc.), que exploram a relação entre a doença mental (psicose ou esquizofrenia, na maior parte dos casos) e homicídio.

Dados do NHS (www.nhsconfed.org) do Reino Unido (2010) indicam que as atitudes perante a doença mental continuam a ser francamente negativas, uma vez que só 40% dos empregadores considerariam contratar uma pessoa com um problema de saúde mental, enquanto 62% estariam dispostos a empregar uma pessoa que tivesse um problema de saúde físico e 57% da população britânica crê que o lugar dos doentes mentais é num hospital psiquiátrico, e não na comunidade. O EVS 2008 refere uma percentagem de discriminação na ordem dos 30% para a população britânica em geral, no que diz respeito a este grupo, o que permite traçar algum paralelismo com os dados da amostra portuguesa.

Perante esses dados a discriminação das pessoas desequilibradas assume contornos preocupantes, pois a percentagem de estudantes que afirma discriminar esse grupo (51%) é

francamente maior que a percentagem referida pela população em geral (35,5%). Alguns estudos (CRISP; GELDER; RIX, 2000; BYRNE, 2000) referem que a falta de conhecimento, como muitas vezes é sugerido pela comunicação social, não é a causa para a estigmatização dos doentes mentais, e que os jovens (18-24) apresentam atitudes discriminatórias com a mesma frequência que os adultos, contudo apresentam uma maior perceção, na ordem dos 7-8%, do risco associado à doença mental que os respondentes com idades superiores a 25 anos e especialmente junto dos jovens que afirmam não conhecer pessoas com doença mental, na ordem dos 12% (CRISP; GELDER; RIX, 2000, p. 5).

Os dados do EVS 2008 não parecem suportar esses dados, pois quando isoladas as respostas dos jovens portugueses (18-24), encontramos uma taxa de resposta afirmativa de 33%, ou seja, dentro do padrão normal da população. Quando isolamos a variável educação, por outro lado, deparamo-nos com valores ligeiramente superiores aos da amostra total, ou seja, na ordem dos 38% para indivíduos com nível de educação terciária. Apenas quando associamos a variável rendimento nos deparamos com números aproximados nas categorias de rendimento acima de 2500 euros (47%).

Um estudo sobre a perceção do estado de saúde da população ativa portuguesa (FERREIRA; SANTANA, 2003) refere que a perceção do estado de saúde pessoal aumenta na proporção do nível educacional, passando, em termos de saúde geral e mental, respetivamente, de 51,5% e 60,5% nos indivíduos com nível de instrução básica para 65,5% e 72% nos indivíduos com nível de educação terciária, e do tipo de ocupação, com os trabalhadores manuais a apresentar escores mais baixos nas duas categorias que os trabalhadores não manuais, e obviamente diminui com a idade. Esses dados poderão suportar a hipótese que a perceção pessoal de saúde mental junto dos estudantes universitários é superior à perceção da população em geral, visto não só serem mais jovens, e terem uma educação de nível superior, mas também serem maioritariamente provenientes de agregados familiares com rendimentos acima da média, o que poderá fazer aumentar a perceção de maior distância social face a esse grupo e consequentemente aumentar a expressão da discriminação.

Um estudo de Almeida, Campos e Palha (2009) intitulado “Percepções dos Estudantes Universitários face às Doenças Mentais Pré e Pós Movimento UPA08”, que como o título indica foi feito em duas fases, antes e após campanha de fornecimento de informação sobre as doenças mentais, apresenta dados muito curiosos. São avaliadas as percepções face a 7 doenças mentais, nomeadamente a depressão, as fobias, a demência, a perturbação do comportamento alimentar, o alcoolismo, a toxicoddependência e a esquizofrenia. Como seria de esperar, na primeira fase, o alcoolismo e a toxicoddependência atingem os escores mais elevados de percepção negativa (64% e 61%, respetivamente), mas havendo ainda alguns estudantes (6% e 8%) a referir percepção positiva. Seguem-se a esquizofrenia com 32% e a depressão com 27% de percepções negativas. Na segunda fase, os escores do alcoolismo e da toxicoddependência aumentam em termos de percepção negativa (77% e 73%, respetivamente) e desaparecem as percepções positivas, enquanto os escores da esquizofrenia e da depressão diminuem para 27% e 10%, respetivamente. De salientar que esse estudo foi feito junto de estudantes da área do Porto.

Os estudos sobre doenças mentais incluem, como vimos, a toxicoddependência e o alcoolismo no rol das perturbações psíquicas, e os toxicoddependentes, com um valor a rondar os 50% para as duas populações, são claramente uma minoria que sofre grande discriminação. A percepção da toxicoddependência e de todas as consequências que acarreta, nomeadamente, a autoexclusão social (perda de hábitos de higiene, vivência alheada da realidade etc.) e o recurso a meios ilícitos (roubo, prostituição, tráfico etc.) para conseguir pagar a próxima dose, leva claramente à heteroexclusão, pois dá-se a perda dos vínculos relacionais e dos hábitos de socialização. A discriminação negativa dessa população é evidente nos discursos sociais comuns, e inclusivamente se atentarmos as associações com o conceito “dependência”, aquando da realização das entrevistas, verificamos que a associação mais frequente é com as drogas, e essa dependência é considerada uma “tristeza”. De notar aqui que o conceito-estímulo indicado não era “toxicoddependência”, mas simplesmente “dependência”, que sugeria, como vimos, as mais

diversas interpretações; contudo nenhuma delas suscita nos estudantes uma valoração positiva, e é claramente a valoração negativa que mais se distingue pela frequência, pois é associada à toxicodependência.

Um fato interessante a reter aqui é a avaliação que é feita por parte dos estudantes ao consumo de marijuana e haxixe, quando os questionamos quanto a comportamentos e atitudes sociais que são ou não justificáveis para os estudantes. O fumar “drogas leves”, aparentemente, não merece o mesmo tipo de condenação que o apropriar-se do carro de uma pessoa, sem permissão, para dar uma volta, ou mesmo que o não pagar impostos. E mesmo os números dos portugueses que parecem ter este comportamento são na opinião dos estudantes e da população em geral mais moderados que os que praticam todos os outros atos condenáveis. Pelo que esta discriminação tão flagrante face aos toxicodependentes nos parece um caso de duplo padrão, o que nos pode levar a considerar que, para os estudantes e a população em geral, a noção de toxicodependência surge associada ao consumo de “drogas duras” e não de drogas “recreacionais”. As propostas de legalização das drogas leves multiplicam-se e, na opinião pública, especialmente nos mais jovens, fica cada vez mais presente a ideia de que as drogas leves são menos perigosas e mesmo menos viciantes que o álcool ou o tabaco.

Santana e Negreiros (2008) compararam duas amostras de jovens estudantes do secundário (283) e de universidade (199), possivelmente do norte de Portugal, e referem, no entanto, que apesar da maioria dos jovens (92%) testados apresentar abstinência ou consumo normal de álcool, dos 8% que apresentavam consumo de risco 61% eram universitários e 59% encontravam-se na faixa etária 20-24 anos. Adicionalmente, encontraram uma correlação significativa entre o género e o consumo de álcool, ou seja, o consumo de álcool normal e o consumo de risco é mais frequente nos estudantes do sexo masculino, sendo os estudantes universitários do sexo masculino que apresentam consumo prejudicial e dependência, fruto muitas vezes do *binge drinking*, ou seja, o consumo episódico de um número excessivo de bebidas alcoólicas fortes num curto espaço de tempo, com o objec-

tivo de ficar inebriado o mais rapidamente possível, popularizado por muitos filmes e séries televisivas sobre jovens estudantes.

Verificamos ainda que para a população em geral as personalidades aditivas são efetivamente as que merecem maior discriminação, pois aos toxicodependentes seguem-se os alcoólicos nos grupos minoritários mais merecedores de ostracismo social. Apesar de apresentar uma percentagem elevada de discriminação (42%) na amostra estudantil, a percepção do alcoolismo enquanto fator de discriminação é apenas ligeiramente maior (44%) para a população em geral. O caso contrário acontece para o terceiro grupo de excluídos – as pessoas com passado criminal, ou seja, aqui a percentagem é de 42% para a amostra da população portuguesa e ligeiramente maior para os estudantes (44%).

Dadas as diferenças não serem estatisticamente significativas, podemos considerar que a percepção destes três grupos minoritários junto dos estudantes reflete a posição da sociedade portuguesa. Podemos ainda observar que para esses três itens as percentagens são superiores para a universidade privada, ou seja, os alunos da universidade privada expressam maior sentimento de discriminação diante desses grupos de alunos das universidades públicas, o que poderá indiciar uma percepção de maior distância social perante esses grupos, que são normalmente conotados com posicionamento socioeconómico mais baixo, hipótese esta que parece ser suportada pelo facto dos alunos provenientes de agregados com rendimento superior a 2851 euros manifestarem maior discriminação face a pessoas com passado criminal, e os alunos provenientes de agregados com rendimentos entre 501 e 1250 euros manifestarem menor índice discriminatório.

No nosso estudo, encontramos, efetivamente, maior discriminação com relação ao grupo dos alcoólicos nos estudantes da Universidade do Norte, e com relação ao grupo das pessoas desequilibradas para os alunos da Universidade do Sul, o que poderá dever-se à maior presença ou visibilidade deste ou daquele grupo nos diferentes contextos regionais. Das pesquisas que efetuámos, não encontramos nenhum estudo que pusesse em evidência a questão geográfica no

tratamento das hipóteses, quer no caso do alcoolismo, quer no caso da doença mental, apesar de haver um conjunto de autores que indicam a maior tendência para a discriminação das perturbações mentais nos meios urbanos em detrimento do meio rural, pelo que poderia ser interessante perceber realmente se a hipótese que avançamos é pertinente ou se as diferenças se devem a outros fatores. Também não encontramos estudos que comparassem percepções de estudantes universitários e da população em geral perante essa questão, pelo que as hipóteses que apresentamos precisavam de mais aprofundamento para poderem ser validadas.

Verifica-se também que outros grupos de pessoas estigmatizadas por comportamentos sexuais fora da norma padrão, ou seja, as pessoas com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) (6,5%) e os homossexuais (7,4%), apresentam valores de preconceito relativamente reduzidos junto dos universitários quando comparados com os valores apresentados pela população portuguesa em geral (23% e 28%, respectivamente), possivelmente pela maior abertura à diferença e o maior nível de instrução, e especialmente pelo maior pendor pós-materialista das suas convicções, pois exibem um clima de tolerância face à diferença mais elevado. Esses valores apresentados pelos universitários contrastam, no entanto, com a quase unânime condenação da pedofilia, comportamento sexual desviante que foi adquirindo proeminência na comunicação social sensivelmente ao mesmo tempo em que os restantes comportamentos aqui apresentados foram sendo “normalizados”. A SIDA, que inicialmente tinha sido estigmatizada por ser conotada com “grupos de risco”, prostituição, promiscuidade sexual e toxicod dependência, é hoje encarada como uma doença crónica que atinge todas as camadas da população e a percepção de desvio no comportamento reduziu-se, e, conseqüentemente, adotou-se o discurso da normalização, ou seja, o poder acontecer a qualquer pessoa, o que obviamente reduz o índice de preconceito que lhe está associado. Nos trinta anos que passaram desde a primeira identificação da doença, os números da mortalidade por causa do HIV reduziram-se drasticamente junto dos homossexuais, o grupo de risco conotado inicialmente com

a doença, e aumentaram drasticamente junto dos heterossexuais. Desmistificam-se as formas de contágio e identificam-se estratégias para evitá-lo, surgem medicamentos retrovirais que permitem controlar os sintomas e já não se fala de doentes de SIDA, mas de soropositivos, testam-se todas as mulheres grávidas ou que pretendam engravidar, e instala-se um clima de normalidade perante a questão. A própria comunicação social, que inicialmente tinha instigado o pânico e o preconceito diante dessa epidemia e aos infetados por ela, surge agora como desmistificadora e defensora dos direitos dos soropositivos, e como sabemos, o que já não gera polémica deixa de ser notícia.

A homossexualidade recebeu um tratamento semelhante por parte da opinião pública nos últimos anos. Inicialmente, os homossexuais eram ostracizados e condenados à ocultação, à duplicidade, e à mercê dos *lobbies gays* e das campanhas promotoras da tolerância face à diferença. A homossexualidade é agora aceite como comportamento sexual alternativo e em diversos países, Portugal incluído desde 2010. O casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado e fala-se atualmente na legalização da adoção por casais homossexuais. Tal grau de normalização poderia fazer crer que o número de homossexuais tinha grande expressão demográfica, mas segundo alguns estudos (FERREIRA; CABRAL, 2010) a percentagem de indivíduos com uma orientação sexual alternativa ronda os 2-2,5% da população, se considerarmos o conjunto dos homossexuais e bissexuais é de 4-5% da população mundial, ou seja, um grupo claramente minoritário, mas que consegue fazer valer os seus direitos.

A pedofilia não goza do mesmo beneplácito, pois a quase totalidade dos estudantes afirma uma notória discriminação contra a população que apresenta esse comportamento. As imagens chocantes de crianças prostituídas e abusadas sexualmente e do pedófilo-predador fazem com que não haja qualquer margem para dúvida quanto à indesejabilidade desses indivíduos como vizinhos. Convém, no entanto, lembrar que até o princípio do século passado na Europa, e ainda hoje em grande parte do resto do mundo, a prática do casamento com crianças era frequente. As legislações mais

estritas, até então, falavam da idade núbil mínima de 12 anos, e apesar das pressões para alterar esta idade para os 18, ou 16 anos, em muitos países europeus, Portugal incluído, a idade de consentimento é ainda 14 anos. Por outro lado, desde os anos 1990, em alguns países europeus (Bélgica, França, Holanda e Reino Unido) foram apresentadas petições que visavam a baixar a idade de consentimento para os 12 anos.

Verifica-se, ainda, que alguns grupos étnicos específicos, como é o caso dos ciganos, continuam a manter essa prática de casamento infantil, pois há muitas crianças ciganas, maioritariamente raparigas, que se “casam” com 9 ou 10 anos com outro membro do grupo, com a conivência dos pais e sem conhecimento oficial, pelo que a aplicação da lei é inviabilizada.

O grupo dos ciganos, por outro lado, apresenta uma percentagem de discriminação por parte dos estudantes que atinge os 40%. Esse grupo minoritário pertence a outra categoria, a das pessoas racializadas ou etnicizadas. Essa categoria tem por base uma “configuração multidimensionada, e tendencialmente articulada, de crenças e emoções negativas face a um exogrupo, ou a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado como um grupo ‘racial’ a partir da cor” (VALA, 1999, p. 32), ou, nesse caso concreto, a emoções e crenças negativas face a um exogrupo objectivado como um grupo “étnico” com padrões culturais e atitudes que não conseguem ser integradas na norma. Os restantes grupos dessa categoria (pessoas de outra raça, muçulmanos, trabalhadores imigrantes, judeus, negros e pessoas de cultura diferente da sua), por outro lado, apresentam para os universitários valores quase residuais (inferiores a 5%), o que de certa forma, com algumas variações, espelha o sentimento da população em geral que apresenta uma percentagem na ordem dos 46% para a categoria “ciganos” e os valores restantes, apesar de superiores aos registados pelos universitários, não ultrapassarem os 15%.

Poderemos aqui estar perante um exemplo daquilo que Vala (1999, p. 35) refere como:

Teoria da ambivalência das atitudes raciais [...] que pressupõe a coexistência de atitudes negativas (racistas) e positivas (anti-racistas) nos mesmos indivíduos. Assim não se

trata propriamente da conceptualização de uma forma velada ou subtil de racismo, admitindo-se explicitamente que os indivíduos podem expressar abertamente tantas atitudes raciais positivas como negativas dependendo do contexto.

Contudo, não deixa de ser interessante que os mesmos indivíduos (estudantes) que apresentem valores de 2% quando se referem a pessoas de outra raça e 1,5% quando a indicação é pessoa de cultura diferente da sua apresentem uma reacção de discriminação tão flagrante em relação aos ciganos. Esse racismo flagrante em relação aos ciganos é uma constante na maior parte dos países europeus, por oposição aos restantes grupos, e Portugal e, mais concretamente, os universitários portugueses não fogem à regra. Estima-se que vivam na Europa há pelo menos 500 anos, e que apesar das tentativas de assimilação ou de perseguição, consoante os períodos históricos, sejam “entre sete e oito milhões de ciganos os que continuam a preservar o seu modo de vida, a sua forma de vestir, a sua atitude face à escola, à saúde, à habitação, ao habitat, à higiene. Numa palavra, a sua “identidade cultural” (MOSCOVICI; PEREZ, 1999, p. 104). Por um lado, a longevidade do cisma cultural, e por outro a indómita prevalência de valores culturais minoritários que enfatizam a diferença, poderão, na opinião dos autores, ser as razões pelas quais essa representação assaz negativa permanece, mesmo quando outros racismos se esbatem e subtilizam.

A manutenção inexorável dos costumes e tradições dessa população e a sua resistência à assimilação cultural poderão ser, então, os motivos pelos quais há esta discriminação em relação aos ciganos. E os 40% que discriminam essa população poderão ser os mesmos que apontam a assimilação cultural como sendo mais benéfica para a sociedade no caso dos imigrantes, contudo não temos forma de confirmar essa hipótese. Ao introduzirmos o conceito-estímulo “preconceito” nas entrevistas, no entanto, obtivemos duas associações a “racismo” e uma a “preto”, e apesar da clara manifestação de ostracismo, não se verificou uma única referência a cigano, ou mesmo a associação de cigano a “imigrante”, pelo que possivelmente não estaremos perante a mesma população.

Por outro lado, a representação do cigano e, por extensão, de toda a etnia cigana, como iletrado, não escolarizado, oportunista sem mérito etc., pode também contribuir para essa percepção negativa, visto essa etnia desvalorizar, por arrogância, tudo o que os estudantes e a sociedade em geral tendem a valorizar: a educação, o esforço, o mérito.

Quanto à distribuição por gênero, verifica-se que os estudantes do sexo masculino apresentam maior propensão para a discriminação, pois discriminam mais os extremistas, quer de esquerda quer de direita, os homossexuais, os ciganos e os negros, o que poderá dever-se a uma representação de ameaça percebida do exogrupo minoritário contra o endogrupo, contra a qual os indivíduos do sexo masculino, a quem são tradicionalmente atribuídos papéis de defesa, devem reagir mesmo inconscientemente. Dos diferentes estudos sobre a temática do racismo (VALA, 1999; PETTIGREW; MEERTENS, 1995; NUNES, 2010; GALEÃO-SILVA, 2007), só os dois últimos, feitos no Brasil, referiam o maior pendor para a discriminação racial por parte dos homens. O estudo de Galeão-Silva (2007) inclusivamente utilizou estudantes universitários de São Paulo. Quanto à intolerância face aos homossexuais, possivelmente por a homossexualidade se apresentar como uma representação alternativa da sexualidade que contraria o ideal da masculinidade percebida enquanto virilidade, força, robustez física (AMÂNCIO, 1993) é encarada como uma ameaça aos valores heterossexuais da maioria, donde sofrer maior preconceito no masculino (HAREK, 1988).

Verifica-se ainda que os indivíduos com posicionamento político mais à direita (nota-se também aqui maior presença de indivíduos do sexo masculino) apresentam maior tendência para discriminar de forma flagrante os homossexuais e os negros (VALA, 1999), o que, de certa forma, espelha a ideologia mais conservadora que defendem, e que atualmente enfatiza a questão dos valores morais e sociais (família, educação, virtude) e a questão da soberania nacional, que, na sua percepção, um e outro grupo minoritário estão a ameaçar.

A opinião face aos trabalhadores imigrantes parece ser bastante positiva, como podemos ver, visto que apenas 2,7% dos estudantes revelam o seu desagrado diante dessa popula-

ção, sendo os valores do EVS 2008 relativamente superiores (7,9%), mas mesmo assim dos mais modestos. Esses valores são, contudo, infirmados quando se solicita a opinião dos estudantes face à ação governamental no caso dos imigrantes económicos, i.e., pessoas de países menos desenvolvidos. Só 13% manifestam uma posição de total abertura das fronteiras aos imigrantes, e, apesar de só 5% se manifestarem a favor da proibição – recordamos aqui que só 2,7% manifestava preconceito flagrante face a esse grupo –, mais de 80% consideram que a condição de entrada está dependente de haver empregos disponíveis, ou seja, quando os portugueses estiverem todos empregados ou não quiserem aquela função então o trabalhador imigrante poderá assumi-la. Podemos aqui estar perante aquilo que Vala (1999, p. 12) refere ser o “racismo subtil”, ou seja, os estudantes universitários, que aliás se encaixam perfeitamente no perfil traçado pelo autor, sendo mais escolarizados, mais jovens, e politicamente não conservadores, rejeitam as expressões flagrantes de racismo, mas tendem a considerar as minorias, neste caso os trabalhadores migrantes, como “os outros”, pertencentes a um grupo à parte pelo qual não nutrem particular simpatia, em especial se consideram que esses trabalhadores poderão ocupar postos de trabalho que são pertença prioritária dos portugueses na opinião de 51% dos inquiridos.

Se considerarmos que a situação económica em Portugal se deteriorou e as taxas de desemprego aumentaram, podemos inclusivamente extrapolar dizendo que o número dos que consideram o emprego ser prioridade dos portugueses tenderia a aumentar, considerando que havia mais de 20% indecisos. Estes valores encontram eco nas respostas dos inquiridos portugueses do EVS 2008, ou seja, os valores médios da expressão aberta de rejeição de imigrantes são, como verificámos, relativamente baixos (8%), mas a discriminação no emprego a favor dos nacionais é muito elevada – 73% dos inquiridos concordam que se deve dar prioridade aos portugueses. Como observámos nas representações sobre a imigração aquando da realização das entrevistas, enquanto país de imigração recente Portugal ainda está muito disponível para acolher, pois recorda-se da sua história recente de emigração, e inclusivamente muitos

dos estudantes contam com emigrados nas suas famílias, tendência que apresenta uma variação geográfica grande em termos norte-sul, com clara vantagem para o norte. No entanto, o estigma da ilegalidade, apesar de pouco referido, permanece associado a essa população.

No caso da manutenção das diferenças culturais ou da assimilação da cultura maioritária, verificamos, apesar de francamente maioritária, a posição de manutenção da sua cultura, pois quase 40% dos inquiridos creem ser melhor a assimilação cultural. Falta-nos aqui perceber se os inquiridos a favor da manutenção dos costumes e tradições dos imigrantes manifestam essa posição por considerarem que a diversidade cultural é benéfica para a sociedade portuguesa, ou se os costumes e tradições devem ser mantidos de forma a perpetuar a diferença do exogrupo face ao endogrupo.

INTOLERÂNCIA FACE À MAIORIA?

Há, no entanto, outro fator a considerar no que toca à questão da tolerância e da discriminação, nomeadamente as atribuições dos estudantes perante os supostos comportamentos prevaricadores da maioria da população. Verificamos que a perceção de sucesso e de mérito individual leva os universitários a considerarem-se membros de uma elite, e consequentemente colocarem-se à parte das atribuições que fazem para a maioria da população, que discriminam pela sua falta de cultura, conhecimento, civismo etc. Simultaneamente e dada a perceção do seu estatuto excecional, resultante do seu sucesso académico, do seu mérito, e muito especialmente das próprias representações sociais acerca dos universitários, numa sociedade que constantemente afirma que para ser alguém se tem de ter um curso, o estudante universitário acredita estar na universidade é ter prestígio, ter qualidade, é garante da felicidade, é ser extraordinário, melhor que os outros. Casanova (ALMEIDA et al., 2003, p. 114) reflete sobre a questão do *status* e das expectativas de *status* dos estudantes universitários e considera que a escolaridade é percebida pelos estudantes como “o fundamento mais afirmado da sua importância social”, e especialmente no caso dos estudantes

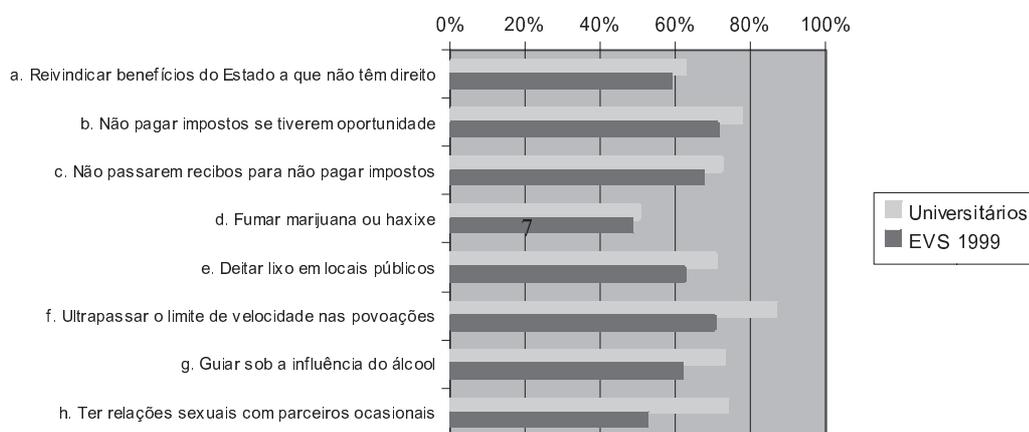
com agregados de origem pouco escolarizados, a percepção da distância social entre a situação anterior e a situação de estudante universitário e a condição socioprofissional futura aumentava consideravelmente. Adicionalmente, e por contraste com a imagem dourada e brilhante do universitário, vemos os “outros”, os sem estatuto, os que não são o que eu sou, pois são ignorantes, preguiçosos e desrespeitadores. A construção da nossa autoimagem depende da imagem que temos do outro e a nossa é tanto melhor quanto a do outro for pior (LIPOVETSKY, 2006, p. 272).

Como teste prático a esta questão, perguntava-se o número de concidadãos que os estudantes consideram estar envolvidos em comportamentos que os estudantes consideravam “condenáveis”, e verificamos que quase 90% dos universitários consideram que quase todos os portugueses ultrapassam o limite de velocidade nas povoações, que quase 80% consideram que todos ou quase todos os portugueses não pagam impostos se tiverem oportunidade, e que guiam sob influência do álcool, deitam lixo em locais públicos e têm relações com parceiros ocasionais etc. Todos esses comportamentos foram considerados, como veremos posteriormente, pouco ou nada justificáveis, o que significará que não deverão ser feitos pelos universitários, mas são aparentemente percebidos como feitos por quase todos os portugueses. Ora, “considerar que a maior parte dos cidadãos violam as leis, têm falta de civismo e transgridem em matéria sexual revela uma atitude de desconfiança perante os outros” (VALA; CABRAL; RAMOS, 2003, p. 110).

5 Esta questão não se colocava no EVS 2008.

Ao compararmos os valores registados para os universitários com os observados no EVS 1999,⁵ verificamos que a situação é preocupante, ou seja, as percentagens apresentadas pelos estudantes revelam um maior índice de desconfiança do que as percentagens indicadas para a generalidade da população em 1999, como podemos observar no gráfico. Em todos os itens, sem exceção, a percentagem de respostas que considera que muitos ou quase todos os portugueses têm comportamentos não aceitáveis é superior para os estudantes.

Figura 2 - Comparação dos universitários com os portugueses em geral, quanto aos que consideram que muitos ou quase todos os portugueses têm comportamentos não aceitáveis



Fonte: European Social Survey (EVS, 1999). Dados da pesquisa (universitários, 2009-2010).

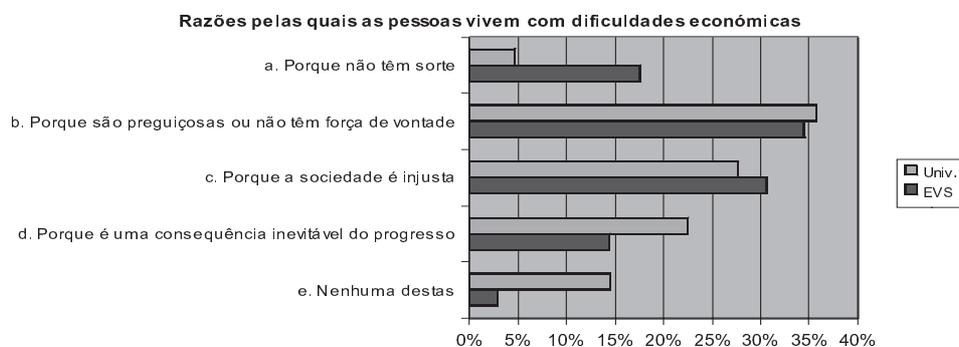
Esses dados, que indicam falta de confiança interpessoal, são contrários aos dados que recolhemos através de resposta direta à questão, onde 30% da amostra dos universitários, face a 17% da amostra da população em geral, indicava que se podia confiar na maior parte das pessoas, pelo que podemos aqui colocar a questão da distância social enquanto motivadora destes resultados. Ou seja, os universitários percecionam-se como um grupo de exceção na sociedade portuguesa e não se colocam no rol dos cidadãos ditos médios. Para procurar verificar essa questão de investigação, colocamos os estudantes perante a realidade da injustiça social e procurámos determinar as atribuições que estes fazem para explicar as razões para as pessoas viverem em dificuldades económicas. Foram apresentadas cinco opções: a primeira desresponsabilizando o indivíduo e culpabilizando o destino (falta de sorte); a segunda colocando todo o ónus da culpa sobre o indivíduo (preguiça ou falta de vontade); a terceira condenando a sociedade e as desigualdades sociais (injustiça social), a quarta sendo um misto de fatalismo e responsabilidade social (consequência inevitável do progresso) e a quinta, nenhuma das anteriores.

Verificamos que o mérito é mais uma vez a justificação por detrás da atribuição, pois a razão mais vezes considerada importante pela amostra é a preguiça ou a falta de força de vontade (35,8%), o que significa claramente que mais de um terço dos universitários considera que os outros, os que vivem com dificuldades económicas, os portugueses médios, são preguiçosos, não têm mérito, pois não se esforçam por conseguir o sucesso. A questão da sorte não chega sequer a atingir uma percentagem de 5% de respostas, o que claramente indicia esta percepção do sucesso associado ao *locus* de controlo interno. As questões circunstanciais, ligadas à injustiça social (27,7%) e ao progresso (22,5%) são relegadas para segundo plano nas atribuições de causalidade. Os dados do EVS 2008 confirmam essa tendência, sendo contudo os portugueses ligeiramente menos críticos da preguiça ou falta de vontade dos seus concidadãos mais desprivilegiados, com 34,5% e mais críticos para com a sociedade ou mais crentes no destino. Diz-nos Delicado (2003, p. 242), a propósito do EVS 1999, que

Portugal é o único país da Europa em que as causas individuais se sobrepõem às causas sociais na atribuição de uma justificação para as situações de carência: 41% dos inquiridos apontaram a preguiça e a falta de iniciativa como primeira razão para viverem em situação de necessidade, o que representa uma subida relativamente aos 24% registados em 1990 (altura em que o país seguia o padrão europeu, com quase 38% a optarem pelo postulado da injustiça da sociedade).

Como podemos verificar no gráfico, apesar da descida da percentagem registada no EVS 2008, a situação não se alterou.

Figura 3 - Comparação dos universitários com os portugueses em geral, quanto às razões pelas quais as pessoas vivem com dificuldades económicas



Fonte: European Social Survey (EVS, 2008). Dados da pesquisa (universitários, 2009-2010).

As atribuições de causa circunstancial, ou seja, a injustiça da sociedade e a consequência do progresso são, em média, mais importantes para os estudantes da universidade privada e para os alunos provenientes de agregados com rendimentos acima de 2851€, que são maioritariamente os mesmos. A atribuição da causa da pobreza à preguiça ou à falta de vontade é, em média, mais importante para os estudantes das universidades públicas especialmente na Universidade do Sul, enquanto na Universidade do Norte os estudantes consideram a injustiça social como fator mais importante para explicar a pobreza. Adicionalmente, os estudantes do sexo masculino postulam que a pobreza é uma consequência inevitável do progresso, enquanto a preguiça é o fator explicativo mais relevante para as estudantes. Estes dados parecem indicar que quanto maior o esforço desenvolvido pelos estudantes para lutar contra condições adversas (baixo rendimento do agregado familiar, maior competição no acesso à universidade, questões de discriminação baseadas no género etc.) e, consequentemente, maior a perceção de sucesso, menor a propensão para a compaixão face àqueles que não conseguiram atingir esse mesmo sucesso: a responsabilidade perante o sucesso ou o fracasso é agora do indivíduo que tende cada vez mais a culpabilizar-se a si próprio e não ao sistema (LIPOVETSKY, 2006, p. 282).

Os nossos resultados contrariam o que foi indicado por Delicado (2003) a respeito da categoria social mais predisposta a explicações sociais, nomeadamente “mais jovens, mais

escolarizados, estudantes, solteiros sem filhos, habitantes de grandes cidades, mais expostos aos meios de comunicação social, mais favoráveis a valores pós-materialistas e de fraca religiosidade” (DELICADO, 2003, p. 243). Esta descrição é exata e ao pormenor da nossa amostra, contudo os resultados não são os esperados. Do nosso estudo podemos verificar que os fatores de ordem económica são efetivamente mais importantes: quanto mais alto o rendimento maior a tendência para justificações societais. Poderá dar-se o caso de os indivíduos pertencentes às categorias de rendimento inferiores a 2850 euros façam o paralelo com a sua própria situação e experiência de vida, e, claro, esta com a da sua própria família e os exemplos e modelos passados, e considerem que, com esforço e dedicação ao trabalho, as pessoas conseguem ultrapassar as dificuldades económicas, donde atribuírem a causas individuais (a autorresponsabilização) e não societais a razão do sucesso ou fracasso em termos de subsistência económica.

Considerando, no entanto, a injustiça social como fator importante para justificar as situações de carência, procuramos então perceber qual seria o aspeto constituinte da justiça social a que os estudantes confeririam maior importância, considerando três posições bastante distintas no que concerne o posicionamento dos indivíduos face às desigualdades sociais. Em primeiro lugar, surge a questão dos valores igualitários – a justiça social obtém-se pelo nivelamento de salários, eliminando assim as desigualdades de rendimento e consequentemente as desigualdades sociais. Em segundo lugar, vem a posição sócio-caritativa, que visa satisfazer as necessidades básicas da população. A terceira posição prende-se ao individualismo meritocrático, ou seja, a crença em que, se o indivíduo se esforçar, atinge os seus objetivos e que a competição promove desenvolvimento.

Como verificámos, a posição sócio-caritativa é a que se assume como mais importante em termos de justiça social. A satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas é claramente a posição mais frequente, o que faz sentido no nível mais elementar da justiça distributiva. O que procuramos realmente perceber é a dicotomia igualdade vs mérito, pois, como refere Paul Ricoeur (1995),

A sociedade [é] considerada como uma vasta empresa de distribuição de bens, desde os bens mercantis, tais como remunerações, patrimónios e benefícios sociais, passando pelos bens não mercantis, tais como cidadania, segurança, saúde e educação, até às posições de comando, de autoridade e de responsabilidade exercidas no quadro de todo o tipo de instituições. Todos estes bens são para distribuir. Ora, uma tal distribuição levanta problemas, na medida em que consiste, no essencial, em partilhas aritmeticamente desiguais. A questão é então a de se saber se existem partilhas desiguais mais justas, ou menos injustas, do que outras. (RICOEUR, 1995, p. 18)

Verificamos ainda que, apesar de considerarem a injustiça social como causa de pobreza, quer a opção igualitária quer a opção meritocrática não são muito atrativas para os estudantes provenientes de agregados mais afluentes, pois eliminar as grandes desigualdades de rendimento entre os cidadãos e recompensar o esforço individual implicam que todos terão acesso ao mesmo tipo de regalias que até agora são apenas privilégio dos mais abastados, e, “quando todos se tornam iguais, o indivíduo pode comparar-se com os outros e tende a considerar intolerável o mínimo privilégio de que goza o outro” (LIPOVETSKY, 2006, p. 275), pelo que a manutenção do *status quo* em termos sociais, que é reforçado pela posição sócio-caritativa, é claramente o preferido desses estudantes, que, como já referimos, são maioritariamente provenientes da universidade privada.

O que verificamos na nossa amostra é que a meritocracia apresenta uma ligeira vantagem face à posição igualitária. São os indivíduos com posicionamento mais à esquerda que são mais favoráveis ao reconhecimento do mérito individual, o que não se coaduna em nada com o expectável, uma vez que o individualismo meritocrático está normalmente associado a posições mais à direita, e que a posição igualitária é mais relacionada a um ideário de esquerda. São ainda os indivíduos da Universidade do Sul que mais defendem essa posição, o que reflete a posição anterior face à pobreza, em que os alunos dessa universidade consideravam a pregui-

ça como causa principal. Esses resultados parecem indicar que, para os estudantes da Universidade de Lisboa, o mérito é claramente uma questão essencial na distinção entre o endogrupo e o exogrupo, que é como quem diz entre os universitários e os outros.

Para concluir a nossa análise dos dados, referimos ainda que, aquando da realização das entrevistas, um dos conceitos para associação livre era “preconceito”, para o qual encontramos duas representações complementares: uma objetiva e uma subjetiva. A objetiva procura fornecer sinónimos do conceito-estímulo “preconceito” e à sua presença na “sociedade”, dos quais considerámos “estereótipo” (quatro ocorrências), “juízo de valor” e “ideias feitas” como relativamente neutros quando comparados com “estigma” e “tabu”, que revelam uma maior “dureza” de apreciação. Como exemplos de preconceito, encontramos as associações “racismo” (duas ocorrências) e “preto”, o que parece indicar que o racismo é ainda a forma de preconceito mais visível na sociedade portuguesa. Incidentalmente, encontramos ainda duas associações de “pele” a preconceito racial, nomeadamente, “cor” e “negro”, e por entrevistados diferentes dos que tinham indicado “racismo” e “preto” como exemplos de preconceito, inclusivamente “negro” por um estudante que tinha indicado o preconceito como “errado”. A representação subjetiva é clara na sua reação antipreconceito, afirmando que ser “preconceituoso” é “errado” (duas ocorrências), é “idiota” e deve “não existir”, havendo inclusivamente um entrevistado que afirma “Não tenho!”.

Os resultados obtidos, quer com o questionário quer com as entrevistas, vêm corroborar a nossa percepção de que a nossa escolha para a mensuração de valores através de inferências às respostas a preposições atitudinais, perguntas solicitando opiniões e intenções comportamentais, permite a recolha de dados mais fidedignos, pois, nesta questão aparentemente simples da intolerância, o que se verificou é que os estudantes tendem a construir uma autoilusão valorativa, ou seja, um conjunto de valores que consideram ideais e que creem seguir, quando na realidade as suas atitudes, opiniões e comportamentos revelam quase o oposto.

CONCLUSÕES

Os resultados do estudo parecem corroborar que há um conjunto de valores que constituem uma base comum aos universitários portugueses, nomeadamente uma orientação cultural para a autonomia intelectual e emocional, o que significa que enfatizam a liberdade de pensamento, a criatividade e a curiosidade, por um lado, e o prazer e a vida excitante e variada, por outro, e uma orientação cultural para o igualitarismo, ou seja, os estudantes valorizam a igualdade, a justiça social, a responsabilidade, a ajuda e a honestidade (SCHWARTZ, 2008).

No caso da dicotomia tolerância vs discriminação, que situamos no escopo da orientação para a igualdade, nota-se nos estudantes universitários uma clara tendência para o reconhecimento dos outros enquanto pessoas com igual dignidade e direitos, nomeadamente no que diz respeito à questão da igualdade de género e de papéis sociais. Parece-nos, no entanto, que há alguma areia nessa engrenagem igualitária, nomeadamente no que diz respeito a duas questões essenciais: o individualismo meritocrático e a discriminação.

Dada a propensão para o autoengrandecimento, verificamos uma séria propensão para o individualismo meritocrático nos estudantes portugueses dada a (auto)perceção do seu estatuto excepcional, o que a sociedade portuguesa tende a corroborar, pois à maior ou menor escolaridade ainda é associada maior ou menor importância social. Daí que verificamos a percepção de que os outros (os que não conseguiram sucesso académico, ou seja, quase todos os portugueses) se comportam, com frequência, de forma cívica e moralmente condenável, fugindo aos impostos, guiando sob influência de álcool, deitando lixo em locais públicos, ou tendo relações com parceiros ocasionais, e os que vivem com dificuldades económicas são considerados preguiçosos, contrariando o que foi indicado por Delicado (2003) a respeito da categoria social mais predisposta a explicações sociais da pobreza, que parecia descrever ao pormenor a nossa amostra (mais jovens, mais escolarizados, estudantes, solteiros sem filhos, habitantes de grandes cidades, mais expostos aos meios de comunicação

social, mais favoráveis a valores pós-materialistas e de fraca religiosidade). No nosso estudo, observamos que os fatores de ordem económica são a variável mais importante: quanto mais alto o rendimento maior a tendência para justificações sociais. Poderá dar-se o caso de que os indivíduos pertencentes às categorias de rendimento inferiores a 2.850 euros façam o paralelo com a sua própria situação e experiência de vida e considerem que com esforço e dedicação ao trabalho as pessoas conseguem ultrapassar as dificuldades económicas, donde atribuírem a causas individuais e não sociais o sucesso ou o insucesso (o individualismo meritocrático).

Quanto à questão efetiva da tolerância e do preconceito, apesar de todas as associações censórias feitas aquando da realização das entrevistas, que o caracterizam como errado, idiota, a não existir etc., este continua efetivamente a manifestar-se na proporção direta da distância social percebida. No caso concreto dos estudantes, verificamos uma tendência para a discriminação das pessoas desequilibradas, dos toxicodependentes, das pessoas com passado criminal, e dos alcoólicos. No caso deste primeiro grupo, que constitui quase um quarto da população portuguesa, colocamos a pressuposição da perceção pessoal de saúde mental junto dos estudantes universitários ser superior à perceção da população em geral, uma vez que são mais jovens, têm uma educação de nível superior e são maioritariamente provenientes de agregados familiares com rendimentos acima da média, o que poderá fazer aumentar a perceção de maior distância social face a esse grupo e conseqüentemente aumentar a expressão da discriminação (FERREIRA; SANTANA, 2003). A questão que se nos afigura preocupante, e possivelmente digna de estudo posterior, é que esses indivíduos estarão dentro de alguns anos em posições de responsabilidade dentro de empresas e organizações profissionais. Será que conseguirão distanciar-se desse preconceito quando colocados numa situação de recrutamento de uma pessoa com historial de desequilíbrio mental? E dada a tendência para o aumento do número de casos que tem vindo a verificar-se, haverá um aumento ou uma diminuição dessa intolerância?

Uma outra questão interessante quanto aos grupos discriminados prende-se com a distinção entre toxicodependentes e consumidores de drogas leves, pois o último grupo merece inclusivamente pouca recriminação por parte dos estudantes, enquanto o grupo dos toxicodependentes e alcoólicos é encarado com particular intolerância. Essa discriminação tão flagrante face aos toxicodependentes parece-nos um caso de duplo padrão, uma vez que a noção de toxicodependência surge associada ao consumo de “drogas duras” e não de drogas “recreacionais”, muitas vezes consideradas menos perigosas e mesmo menos viciantes que o álcool ou o tabaco.

Observamos ainda a coexistência de atitudes negativas (racistas) e positivas (antirracistas) nos estudantes, exemplo claro da “teoria da ambivalência das atitudes raciais” (VALA, 1999), na atitude claramente discriminatória face aos ciganos e virtualmente indiferente face aos outros grupos raciais. A representação da etnia cigana, como não escolarizada, oportunista e sem mérito, contribuirá seguramente para essa percepção negativa, visto essa etnia desvalorizar o que os estudantes tendem a sobrevalorizar: a educação, o esforço, o mérito. Notamos ainda a presença de algum racismo subtil, especialmente na abordagem aos trabalhadores imigrantes, que consideram um grupo à parte, e que será bem aceite se houver empregos disponíveis para eles, caso contrário deve deixar os empregos disponíveis para os portugueses, atitude certamente cimentada pela atual crise económica, devendo ainda, na perspectiva de 40% dos estudantes, submeter-se à assimilação cultural.

Em suma, quanto à orientação para a igualdade, os nossos dados sugerem duas questões distintas, se por um lado a igualdade enquanto abstração é considerada importante e consequentemente as posições expressas tendam a salientar esta postura, na medida em que se enfatiza o respeito, a tolerância, o diálogo etc., por outro lado verificamos que a propensão meritocrática tende a impor-se no campo das atitudes e comportamentos que levam a perceber, possivelmente de forma inconsciente, os outros como inferiores, pois são mais pobres, mais ignorantes, mais incumpridores das leis e normas sociais, mais preguiçosos, em suma, mais “sem mérito”.

Seria interessante poder estudar mais profundamente a questão da meritocracia que aflorou frequentemente neste trabalho, pois parece querer apontar para uma maior implacabilidade dos sujeitos que se consideram merecedores dado o seu sucesso académico e expectativa de sucesso profissional, que não se coaduna de todo com uma orientação para a igualdade e uma expressão clara da rejeição do preconceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. et al. *Diversidade na universidade*. Oeiras: Celta, 2003.

ALMEIDA, M.; CAMPOS, L.; PALHA, F. Perceções dos estudantes universitários face às doenças mentais pré e pós movimento UPA08. In: CONGRESSO DE REABILITAÇÃO E INCLUSÃO NA SAÚDE MENTAL. 2., 2009. Coimbra. *Anais...* Coimbra: UCP, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/2914/4/com-nac_2009_FEP_1581_Campos>. Acesso em: out. 2009.

AMÂNCIO, L. Género: representações e identidades. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 14, p. 127-140, 1993.

BYRNE, P. Stigma of mental illness and ways of diminishing it. *Advances in Psychiatric Treatment*, n. 6, p. 65-72, 2000.

CRISP, A. H.; GELDER, M. G.; RIX, S. Stigmatisation of people with mental illnesses. *British Journal of Psychiatry*, v. 177, p. 4-7, 2000.

DELICADO, A. A solidariedade como valor social no Portugal Contemporâneo. In: VALA, J.; CABRAL, M. V.; RAMOS, A. *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. ICS, Lisboa: 2003. p. 199-256.

FERREIRA, P. L.; SANTANA, P. Percepção do estado de saúde e de qualidade de vida da população activa: contributo para a definição de normas portuguesas. *Qualidade de vida*, v. 21, n. 02, jul./dez. 2003.

FERREIRA, P. M.; CABRAL, M. V. (Org.). *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*. Lisboa: Bizâncio, 2010.

GALEÃO-SILVA, L. G. Adesão ao fascismo e preconceito contra negros. Um estudo com universitários na cidade de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

HAREK, G. M. “Heterosexuals” attitudes toward lesbian and gay men: correlates and gender differences. *Journal of Sex Research*, v. 25, n. 4, p. 451-477, nov. 1988.

HOFSTEDE, G. *Culturas e organizações: compreender a nossa programação mental*. Lisboa: Sílabo, 1997.

INGLEHART, R. *Modernization and postmodernization*. Njersey: Princeton University, 1997.

- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70, 2006.
- MICHENER, H.A.; DELAMETER, J. D.; SCHWARTZ, S.H. *Social Psychology*. 2ed. New York: HBJ, 1990.
- MOSCOVICI, S.; PÉREZ, J. A. A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In: VALA, J. (Org.). *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta, 1999. p. 103-119.
- NOVAK, J. D. *Aprender, criar e utilizar o conhecimento*. Lisboa: Plátano, 2000.
- NUNES, S. *Racismo contra negros: estudo sobre o preconceito subtil*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PETTIGREW T. F.; MEERTENS R.W. Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, v. 25, p. 57-75, 1995.
- RICOEUR, P. *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change*. San Francisco: Josey-Bass Publs., 1968.
- SANTANA, S. M.; NEGREIROS, J. Consumo de álcool e depressão em jovens portugueses. *Revista Toxicodependências*, v. 14, n. 1, p. 17-24, 2008.
- SCHWARTZ, S. H. *Basic human values: an overview*. The Hebrew University of Jerusalem, 2008. Disponível em: <<http://segr-did2.fmag.unict.it/Allegati/convegno%207-8-10-05/Schwartzpaper.pdf>>. Acesso em: out. 2013.
- VALA, J. *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta, 1999.
- VALA, J.; CABRAL, M. V.; RAMOS, A. *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 2003.
-

ANA PAULA PEDRO

Professora do Departamento de Ciências da Educação
da Universidade de Aveiro, Portugal
ana.pedro@ua.pt

LUCÍLIA PIRES

Doutora em Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal
lucilia.carmo.pires@gmail.com

Recebido em: SETEMBRO 2013
Aprovado para publicação em: NOVENBRO 2013